



Documento de Área

Saúde Coletiva

Coordenador(a) da Área: Guilherme Loureiro Werneck (UERJ)
Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos: Hillegonda Maria Dutilh Novaes (USP)
Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais: Eduarda Ângela Pessoa Cesse
(CPqAM/FIOCRUZ)



Sumário

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área.....	2
II. Considerações gerais sobre a Avaliação Quadrienal 2017.....	8
III. Fichas de Avaliação para o Quadriênio 2013-2016.....	13
IV. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional.....	27
Anexos	32

DOCUMENTO DE ÁREA 2016

I. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O ESTÁGIO ATUAL DA ÁREA

- a. Contexto geral da área de Saúde Coletiva no âmbito do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)

A Saúde Coletiva é um campo científico onde se produzem saberes e conhecimentos acerca do objeto “saúde” e onde operam distintas disciplinas (epidemiologia; ciências sociais e humanas em saúde; políticas, planejamento e gestão de sistemas e serviços de saúde) que o contemplam sob vários ângulos; e um âmbito de práticas, onde se realizam ações em diferentes organizações e instituições por diversos agentes (especializados ou não) dentro e fora do espaço convencionalmente reconhecido como “setor saúde”.

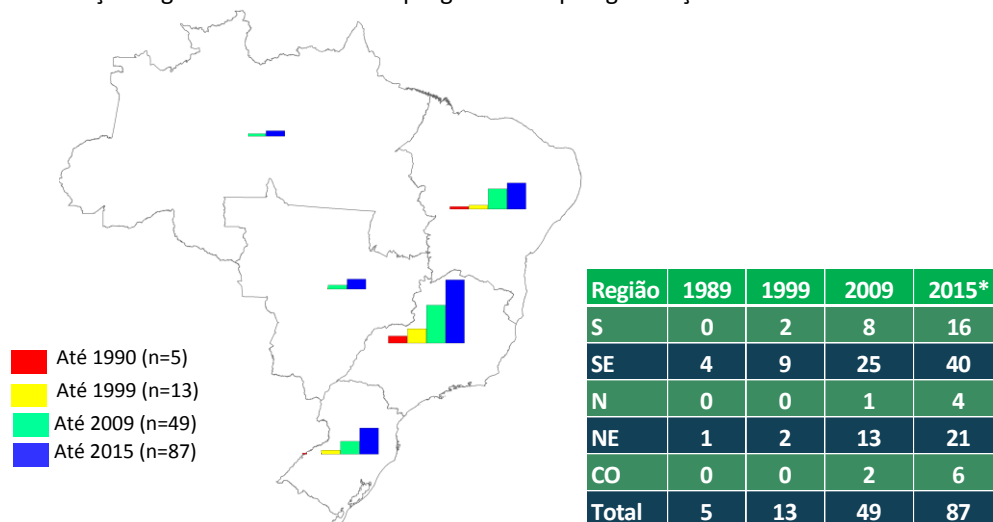
Como campo de conhecimento, a Saúde Coletiva estuda o fenômeno saúde-doença enquanto processo social em populações; investiga a produção e distribuição das doenças na sociedade como resultado de processos de produção e reprodução social; analisa as práticas de saúde na sua articulação com as demais práticas sociais; procura compreender as formas pelas quais a sociedade identifica suas necessidades e problemas de saúde, busca sua explicação e se organiza para enfrentá-los.

O Brasil possui uma longa tradição de atuação em Saúde Pública, reconhecida internacionalmente por agências multilaterais como a Organização Mundial de Saúde, Organização Panamericana de Saúde, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. Desde a década de 1970 os docentes da área se destacaram na elaboração de proposições para a política mundial de saúde à exemplo do movimento “Saúde para todos no ano 2000” desencadeado a partir da Conferência Internacional sobre cuidados primários em saúde realizado pela Organização das Nações Unidas em Alma-Ata. No âmbito nacional, docentes e pesquisadores da área também têm tido papel destacado na definição e condução de políticas públicas de saúde, tendo atuado decisivamente na elaboração e aprovação do capítulo da saúde na Constituição Brasileira de 1988 e na formulação e implementação do Sistema Único de Saúde.

No campo acadêmico esse reconhecimento se expressa por meio de parcerias entre a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) e associações internacionais na realização de congressos e seminários, eleição de pesquisadores brasileiros para a presidência de associações internacionais da área e editoria científica de importantes revistas estrangeiras e brasileiras de circulação internacional.

O primeiro curso de pós-graduação na área foi criado em 1971. A figura 1 mostra a tendência de crescimento dos Programas de Pós-Graduação (PPG) da área de Saúde Coletiva a partir dessa época.

Figura 1 – Evolução regional cumulativa dos programas de pós-graduação em Saúde Coletiva no Brasil, 2015

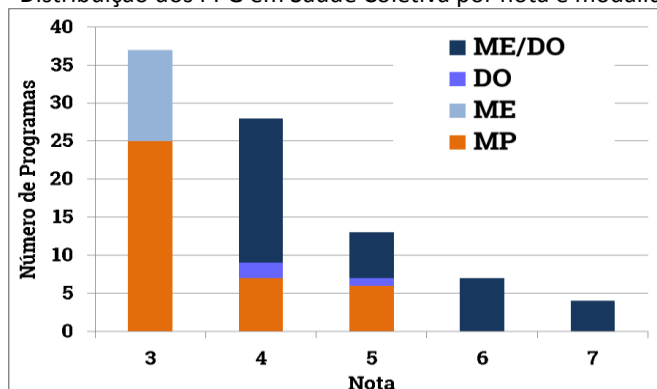


* não computados 2 mestrados profissionais em rede

O panorama não deixa dúvidas sobre a intensidade de expansão da área. Na Avaliação Trienal 2004 (triênio 2001/2003), por exemplo, a área de Saúde Coletiva contava com 26 PPG em 12 Unidades da Federação (UF) (11 deles com curso de Doutorado). Ao final de 2015, existiam 89 PPG aprovados e em funcionamento em 21 UF. Desses, 38 (43%) são mestrados profissionais (MP) e 51 (57%) são PPG acadêmicos. Dentre os programas acadêmicos, 13 são exclusivamente mestrados acadêmicos (ME); 35 são mestrados e doutorados (ME/DO) e há três doutorados isolados (DO), um deles em associação ampla. Há dois MP em rede, a Rede Nordeste de Saúde da Família (RENASF), envolvendo 9 instituições nucleadoras, e o Mestrado Profissional em Saúde da Família (PROF Saúde Coletiva), com 26 Instituições de Ensino Superior Envolvidas. Em decorrência deste crescimento, o número de Teses e Dissertações defendidas passou de pouco mais de 2000 no triênio 2004/2006 para mais de 4000 no triênio 2013/2015.

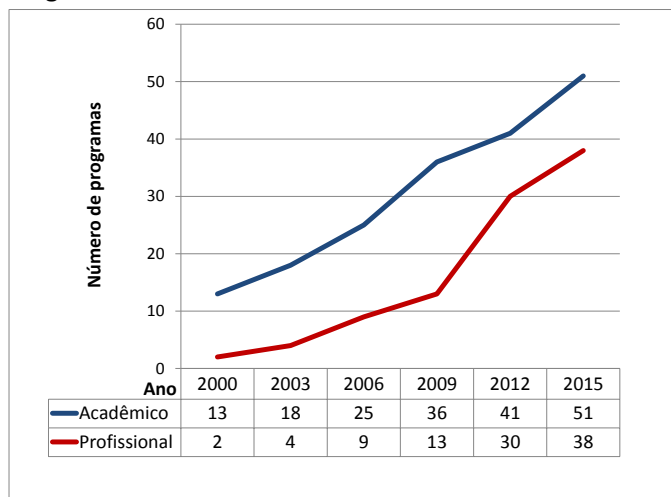
A distribuição dos PPG em Saúde Coletiva por nota e modalidade está apresentada na Figura 2.

Figura 2 – Distribuição dos PPG em Saúde Coletiva por nota e modalidade, 2015



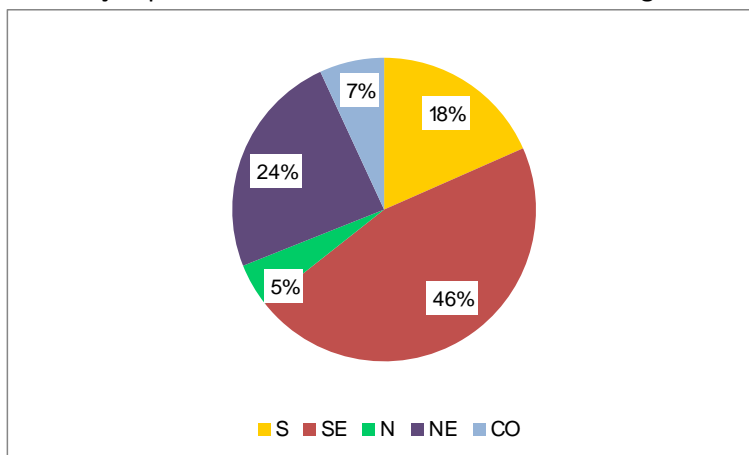
Em termos de evolução temporal do número de PPG acadêmicos e profissionais observa-se um contínuo aumento das duas modalidades nos últimos 15 anos. Até 2009, a velocidade de crescimento era maior para os programas acadêmicos em comparação aos profissionais, mas de 2009 a 2012 esta tendência se inverte e se torna relativamente equilibrada a partir de então (Figura 3).

Figura 3 – Evolução temporal cumulativa do número de PPG em Saúde Coletiva segundo modalidades.



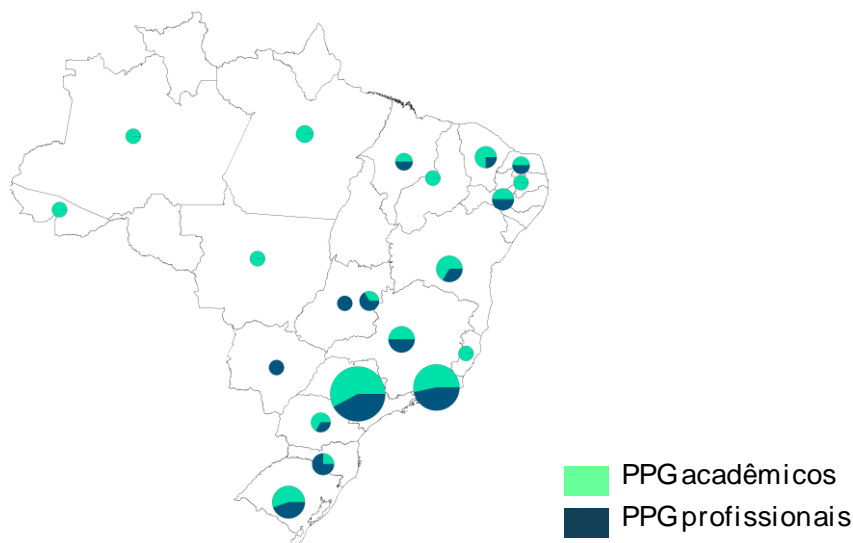
No que diz respeito à distribuição regional dos programas, a área apresenta maior número deles nas regiões Sudeste (46%), Nordeste (24%) e Sul (18%), com apenas 12% dos programas localizados nas regiões Norte e Centro-Oeste conforme apresentado na figura 4.

Figura 4 – Distribuição percentual dos PPG em Saúde Coletiva segundo região, 2015



A distribuição regional dos PPG por modalidade segue um padrão similar à distribuição do conjunto de PPGs, mas inexistem mestrados profissionais na região Norte e em estados próximos a esta região, como o Mato Grosso e Piauí, aspecto que deve ser objeto de atenção da área com vistas ao alcance de uma melhor distribuição regional de programas profissionais. A Figura 5 mostra a distribuição dos PPG por UF e modalidade.

Figura 5 – Distribuição dos PPG em Saúde Coletiva por UF e modalidade, 2015



Com relação à organização dos programas, 48 deles (54%) se constituem em torno dos três eixos disciplinares fundamentais do campo: Epidemiologia, Ciências Sociais e Humanas em Saúde e Política, Planejamento e Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde. Existem 26 programas temáticos, ou seja, cuja organização se faz a partir de temas de interesse na área tais como Bioética e Saúde Coletiva; Nutrição em Saúde Pública; Saúde, ambiente e trabalho; Saúde da mulher e da criança, Saúde da Família, entre outros. Finalmente existem 15 programas “disciplinares”, ou seja, onde apenas um dos eixos estruturantes da área é focado: 6 programas em Epidemiologia e 9 programas em Políticas, Planejamento e Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde.

Os programas de mestrado profissional correspondem a 43% dos PPG da área refletindo a característica, antes assinalada, de que a Saúde Coletiva se constitui em um campo de produção de conhecimentos e práticas. A formação profissional é tão importante quanto a formação de pesquisadores para o desenvolvimento desse campo.

A expansão da oferta de cursos de Mestrado e Doutorado na área de Saúde Coletiva veio acompanhada, também, por um aumento e qualificação da produção científica. O número total de artigos científicos em revistas presentes no QUALIS periódicos, por exemplo, aumentou de 4 mil (triênio 2004/2006, média de 7,3 artigos por docente permanente (DP)) para cerca de 19 mil (triênio 2013/2015, média de 14,2 artigos por DP). Desde 2005 houve um incremento substancial da produção internacionalizada, passando de 1% para 3% da produção da área de Saúde Coletiva registrada no SCImago Journal & Country Rank (SJR), um portal de indicadores científicos desenvolvido a partir da informação contida na base de dados Scopus®.

b. “Estado da Arte” e perspectivas

Tendo como referência os documentos de área e relatórios das avaliações anteriores, hoje pode-se dizer que a Pós-Graduação em Saúde Coletiva encontra-se consolidada no país, contando com cursos de qualidade equivalente aos oferecidos por instituições de referência internacional.

Ainda assim, esforços e investimentos necessitam ser feitos visando fortalecer a área de Saúde Coletiva no âmbito do SNPG. Nesse sentido, indica-se que o desenvolvimento da pós-graduação em Saúde Coletiva deve contemplar, nos próximos anos, seis vertentes complementares:

a) desconcentração na oferta de programas de pós-graduação de forma que exista pelo menos um curso em cada uma das unidades da federação ampliando a formação de profissionais e pesquisadores no campo (atualmente existem 6 UF sem nenhum programa na área, sendo 2 na região Nordeste e 4 na região Norte).

b) indução para a formação em temas estratégicos para os quais ainda não há capacidade instalada no país ou para os quais tal capacidade ainda é insuficiente para atender as demandas da sociedade. Como exemplo, pode-se citar: avaliação de tecnologias em saúde, economia da saúde, comunicação social e saúde, direito sanitário, epidemiologia genética e vigilância sanitária, *big data* em epidemiologia, entre outros.

c) aprofundamento da cooperação solidária com países do continente latino-americano, países africanos de língua portuguesa e com países desenvolvidos visando o compartilhamento de experiências e o aperfeiçoamento das competências técnico-científicas.

d) crescimento na oferta de cursos e de vagas em cursos já existentes, em particular nos de doutorado, visando contribuir para o alcance das metas de número de doutores por 1000 habitantes estabelecidas para 2020.

e) aumentar o grau de internacionalização da área, buscando a meta de que pelo menos 10% de todos os seus programas apresentem grau de internacionalização que permita equipará-los aos programas avaliados com conceito máximo pela Associação das Escolas de Saúde Pública dos EUA e aos melhores cursos europeus em Saúde Pública.

f) fortalecimento da formação profissional sendo necessário, para tal, o desenvolvimento de metodologias para avaliar o impacto desta modalidade de formação no Sistema Único de Saúde, não somente observando a potencial incorporação dos produtos resultantes dos trabalhos de conclusão, mas apreciando, também, as possíveis mudanças no próprio processo de trabalho dos profissionais treinados e na qualidade do serviço prestado à população.

c. Propostas/posição da área: interdisciplinaridade

A Saúde Coletiva se configura em um campo de produção de conhecimentos e um âmbito de práticas onde o caráter interdisciplinar se manifesta de forma orgânica, com diferentes disciplinas se articulando em torno de um objeto comum: o processo saúde-doença em sua dimensão coletiva ou populacional. Portanto, qualquer proposta de abertura de curso pós-graduação que se organize em torno deste objeto poderá ser acolhida pela área.

Os PPG em Saúde Coletiva se estruturam de forma a abarcar diferentes temas e disciplinas que reforçam seu aspecto interdisciplinar, que pode e deve ser valorizado no âmbito da avaliação. Neste sentido, deve-se reconhecer que há uma grande heterogeneidade na configuração dos PPG da área de Saúde Coletiva, contando com Programas que abarcam os três eixos disciplinares fundamentais do campo de conhecimento (Epidemiologia, Ciências Sociais e Humanas em Saúde e Política, Planejamento e Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde), passando por aqueles eminentemente disciplinares onde apenas um dos três eixos é desenvolvido (p. ex., Epidemiologia), até aqueles temáticos (p.ex., Saúde da criança e da mulher, Nutrição em saúde pública).

Esta heterogeneidade deve ser considerada positivamente, como uma expressão concreta da interdisciplinaridade da área. No entanto, como as variadas disciplinas ou eixos que se expressam nestes PPG operam com diferentes modos de produção acadêmica, há de se vislumbrar mecanismos de avaliação que respeitem esta diversidade, tendo sempre como princípio a qualidade da produção científica e da formação propiciada.

d. Propostas/posição da área: inserção/incidência no ensino fundamental e médio

Ainda que a área da Saúde Coletiva não desempenhe papel direto em cursos de licenciatura, é possível identificar alguns mecanismos por meio dos quais a pós-graduação da área se integre aos esforços de qualificação da educação básica no país. Sendo a Saúde um dos temas transversais no ensino médio e fundamental, os PPG da área podem contribuir para a formação dos professores em temas como política nacional de saúde, saúde e cidadania e promoção da saúde em áreas como nutrição em saúde pública, saúde bucal coletiva e imunização e prevenção de doenças infecciosas. Para tal, pode-se incentivar os programas da área, em particular os de Mestrado Profissional, a contribuírem com a produção de material didático (produção técnica) para subsidiar esta abordagem.

Além do aspecto diretamente associado à formação de professores, a área deve ampliar a oferta de programas de iniciação ou vocação científica para alunos do ensino médio e apoiar, através de seus discentes e docentes, as iniciativas do programa interministerial Saúde na Escola, desenvolvido em parceria pelo Ministério de Educação e Ministério da Saúde.

II. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A AVALIAÇÃO QUADRIENAL 2017

a. Descrição e orientações sobre a avaliação

A avaliação de Programas de Pós-graduação da área de Saúde Coletiva tem como principais objetivos garantir a qualidade e retratar a situação da pós-graduação na área, contribuir para o desenvolvimento da área e de cada programa em particular e fornecer subsídios para a definição de planos e políticas científico-acadêmicas de investimento e desenvolvimento da área no âmbito do Sistema Nacional de Pós-Graduação.

O processo de avaliação de Programas de Pós-graduação da área de Saúde Coletiva está em consonância com os princípios e diretrizes da Avaliação Quadrienal 2017, quais sejam:

- a) Trata-se de uma avaliação classificatória que estabelece diferentes níveis de qualidade de desempenho dos programas em cada área de avaliação e, portanto, não pode gerar concentrações excessivas em quaisquer dos níveis da escala de notas.
- b) É uma avaliação comparativa entre as diferentes áreas de avaliação, preservando as especificidades de cada uma delas. Entretanto, a avaliação pauta-se pelo mesmo conjunto de quesitos avaliativos e deve promover a equivalência de qualidade de desempenho entre programas com as mesmas notas nas distintas áreas de avaliação. Cada nota deve, portanto, corresponder ao mesmo nível de qualidade para todas as áreas de avaliação, cabendo ao CTC-ES a responsabilidade de garantir a equivalência entre as notas atribuídas pelas diferentes Comissões de Áreas de Avaliação.

A avaliação dos programas da área de Saúde Coletiva considera preponderantemente as atividades do conjunto de docentes permanentes e discentes, valorizando os objetivos do SNPG: formação pós-graduada de docentes para todos os níveis de ensino; formação de recursos humanos qualificados para o mercado não-acadêmico, em particular para o Sistema Único de Saúde, e fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação.

A clientela a ser submetida à Avaliação Quadrienal 2017 será composta pelos programas recomendados pela CAPES, que estejam em funcionamento de acordo com as seguintes condições mínimas:

- a. Programas acadêmicos: 3 (três) anos
- b. Programas profissionais: 2 (dois) anos
- c. Programas profissionais em rede nacional - PROF: 1 (um) ano.

Os programas que não atendam a estas condições serão objeto de apreciação pela coordenação de área para fins de avaliação de tendências gerais em seu desempenho e identificação de seus pontos fortes e eventuais fragilidades a serem superadas ao longo do quadriênio 2017-2020.

A avaliação dos cursos acadêmicos será feita com base nos cinco quesitos padronizados para a avaliação de todas as áreas do conhecimento, a saber, “Proposta do Programa”, “Corpo Docente”, “Corpo Discente, Teses e Dissertações”, “Produção Intelectual” e “Inserção Social”. Para cursos profissionais a única diferença diz respeito ao terceiro quesito, neste caso denominado “Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão”, refletindo as peculiaridades desta modalidade de formação. A cada um desses quesitos será atribuído um conceito na escala “Insuficiente”, “Fracó”, “Regular”, “Bom” e “Muito Bom”. Considerando o conjunto destes conceitos, inicialmente atribuir-se-á notas aos programas em uma escala de 1 a 5, sendo recomendado o descredenciamento dos programas com notas 1 e 2. Notas 6 e 7 poderão ser atribuídas exclusivamente a programas com doutorado que, além do critério de internacionalização, demonstrem liderança na área, conforme descrito no item IV deste documento.

O conceito atribuído ao quesito “Proposta do programa” não entra no cômputo da nota final a ser atribuída aos programas, mas implica em restrições a estas notas (ver detalhamento a seguir). Os quesitos corpo docente e inserção social correspondem a 30% da nota nos programas acadêmicos e 40% nos programas profissionais. A área optou por conferir peso igual a cada um deles, respectivamente, 15 e 20%. Os quesitos corpo discente e produção intelectual constituem o núcleo da avaliação e receberão pesos iguais. Nos programas acadêmicos, em que esses quesitos somam 70% da nota, cada um receberá ponderação de 35%. Nos programas profissionais, em que eles correspondem a 60% da nota, cada quesito receberá peso 30%.

A área conta, hoje, com dois MP em rede, a Rede Nordeste de Saúde da Família (RENASF) e o Mestrado Profissional em Saúde da Família (PROF Saúde Coletiva). Na Quadrienal 2017, o primeiro será avaliado com os outros MP, por ser um programa em rede de âmbito regional. Já o segundo, de âmbito nacional, ainda não tem um ano de funcionamento e, portanto, não cumpre os requisitos para ser submetido à Avaliação Quadrienal 2017

Quesito 1: Proposta do Programa

A proposta do programa é fundamental para a qualificação do mesmo, devendo evidenciar com clareza o pertencimento do curso à área de avaliação. Dadas as características intrinsecamente multidisciplinares do campo da Saúde Coletiva, existem inúmeras possibilidades de organização dos programas. Entretanto, a comissão levará em conta se as propostas estão ou não ajustadas ao objeto de conhecimento do campo.

A proposta do programa deve explicitar seu(s) objetivo(s), devendo esses ser coerentes com os objetivos da área, isto é, deve haver compatibilidade com o campo científico no qual o programa se insere. Deve estar explícita a pertinência da(s) área(s) de concentração e desta(s) com as linhas de pesquisa, projetos em desenvolvimento e estrutura curricular.

Tanto para programas acadêmicos quanto para os profissionais, a avaliação deste quesito funciona como “trava”, ainda que não entre no cômputo final da nota. Isto significa que uma avaliação inferior a “Regular” neste quesito pode determinar o descredenciamento do curso; o conceito “Fraco” permite ao programa alcançar, no máximo, a nota 3 e propostas que não sejam avaliadas como muito boas não poderão obter notas 5, 6 ou 7.

Quesito 2: Corpo Docente

Neste quesito são observadas a dimensão, formação e atuação do corpo docente, em particular do corpo docente permanente, em termos de sua adequação aos propósitos do programa, área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa, estrutura curricular e dimensão do corpo docente. Docentes permanentes devem ser responsáveis pela maioria das atividades de orientação, docência e pesquisa. A participação de docentes colaboradores não deve caracterizar dependência nem ser utilizada para o atendimento das exigências mínimas de produção científica.

Quesito 3: Corpo Discente

Neste quesito são observadas a quantidade de teses, dissertações ou trabalhos de conclusão defendidos no período de avaliação em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente. Examina-se, também, a distribuição das orientações das teses, dissertações e trabalhos de conclusão defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa assim como a qualidade das teses, dissertações ou trabalhos de conclusão e da produção de discentes e egressos em relação à produção científica do programa. Para programas de Mestrado Profissional observa-se também a aplicabilidade dos trabalhos produzidos. Egressos serão considerados aqueles discentes com até 5 anos desde a defesa e aprovação de sua Tese ou Dissertação.

Quesito 4: Produção intelectual

A produção intelectual deve refletir um ambiente de pesquisa estimulante, inovador e qualificado para a formação discente. Neste sentido, esta produção deve guardar estreita relação com a(s) área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa.

O programa deve demonstrar capacidade para obtenção de recursos de fomento à pesquisa. São especialmente valorizados os projetos com financiamento obtido junto a agências de fomento em processos de competição e julgamento por pares.

Apenas a produção dos docentes permanentes é considerada na avaliação. Será especialmente valorizada a produção intelectual na forma de artigos científicos em periódicos qualificados nos estratos A1, A2 ou B1 e de livros e capítulos de livros qualificados nos estratos L3 e L4, conforme explicitado nos documentos “Qualis periódicos” e “Qualis livros” da área de Saúde Coletiva. A produção conjunta entre docentes e discentes também será valorizada.

Quesito 5: Inserção Social

Neste quesito são observadas a Inserção e impacto regional e/ou nacional do programa, sua integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa. Para programas de Mestrado Profissional será especialmente valorizada a integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico. A visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação também será examinada.

b. Considerações e propostas advindas dos SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

O Seminário de Acompanhamento da Área de Saúde Coletiva ocorreu nos dias 24 e 25 de agosto de 2015, na sede da CAPES em Brasília/DF.

O objetivo do Seminário foi o de produzir uma “fotografia de meio do caminho” da área de Saúde Coletiva a partir de indicadores construídos com base nos dados declarados pelos Programa de Pós Graduação (PPG) na Plataforma Sucupira nos anos 2013 e 2014. Tal “fotografia” permitiu a área de Saúde Coletiva reconhecer tendências no que tange à distribuição regional, modalidades de cursos ofertadas e temas abordados pelos PPG, assim como identificar necessidades a serem enfrentadas para seu pleno desenvolvimento. Além disso, a partir da geração de indicadores, os PPG puderam identificar seus pontos positivos e negativos em relação ao conjunto de PPG da área de forma a promover ajustes em busca da melhoria da qualidade da formação pós-graduada.

Dentre os aspectos positivos identificados no processo de desenvolvimento e consolidação da área de Saúde Coletiva no âmbito do SNPG destacam-se os seguintes:

- Diminuição das desigualdades regionais na oferta de cursos de mestrado e doutorado.
- Interdisciplinaridade efetiva tendo o Sistema Único de Saúde (SUS) como eixo aglutinador.
- Crescimento equilibrado nas formações acadêmica e profissional.
- Forte inserção na formação profissional para o SUS.
- Incremento das colaborações regionais.
- Contínuo aumento da produção intelectual mais qualificada.
- Crescente inserção internacional.

Por outro lado, existem uma série de desafios a serem enfrentados com vistas a dar continuidade ao desenvolvimento e fortalecimento da área de Saúde Coletiva no âmbito do SNPG. Dentre estes destacam-se:

- Persistência de desigualdades regionais na oferta de cursos de mestrado e doutorado.
- Desequilíbrio regional na oferta de cursos profissionais e acadêmicos.
- Relativa dependência de fontes públicas para o financiamento da formação profissional.
- Desequilíbrios na qualificação da produção científica nos três eixos disciplinares constituintes da Saúde Coletiva.
- Dificuldades na valorização da relevância da pesquisa e atuação no âmbito loco-regional
- Necessidade de maior integração com graduação e formação básica.

Tendo em vista este panorama, foram feitas as seguintes recomendações e encaminhamentos:

- Rever critérios do Qualis da área de Saúde Coletiva de forma a reduzir os desequilíbrios na qualificação de periódicos oriundos dos três eixos constituintes da Saúde Coletiva (Epidemiologia; Ciências sociais e humanas em saúde; Políticas, planejamento e gestão de sistemas e serviços de saúde).
- Gerar novos indicadores mais robustos que permitam uma avaliação mais qualificada dos quesitos “Corpo Docente, Teses e Dissertações”, “Produção intelectual” e “Inserção Social”.
- Aperfeiçoar indicadores para avaliação da produção técnica.
- Estimular cooperação entre PPG.
- Buscar estratégias de cooperação interinstitucional para abertura de novos cursos de Doutorado nas regiões Norte e Centro-Oeste.
- Identificar temas centrais de interesse para subsidiar o crescimento induzido da área no âmbito do SNPG.

III. FICHAS DE AVALIAÇÃO PARA O QUADRIÊNIO 2013-2016

MESTRADO ACADÊMICO E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	<ul style="list-style-type: none">- Examinar a coerência e consistência do programa considerando as definições e descrições de seus objetivos, área(s) de concentração, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa e matriz curricular.- Examinar a articulação entre objetivos, área(s) de concentração, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa e estrutura curricular.- Examinar as ementas das disciplinas observando a adequação de conteúdos, referências bibliográficas e estratégias pedagógicas.- Considerada a matriz curricular, examinar a distribuição das disciplinas teóricas, metodológicas, instrumentais e temáticas
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	30%	<ul style="list-style-type: none">- Examinar o planejamento do programa em relação ao seu desenvolvimento futuro, considerando os desafios relacionados a sua internacionalização, as perspectivas de qualificação do corpo docente e de aperfeiçoamento da formação de seus alunos, metas de inserção e impacto social e qualificação da produção científica e das atividades de pesquisa.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20%	<ul style="list-style-type: none">- Examinar a existência, a adequação e a suficiência de: Laboratórios para a realização das pesquisas de dissertações e teses; Biblioteca que permita o acesso rápido e amplo às informações, com ênfase em periódicos internacionais da área de Saúde Coletiva; Recursos de informática para alunos e docentes; Instalações físicas para docentes e discentes realizarem suas atividades de pesquisa e orientação; Recursos próprios para sustentar as atividades docentes e de orientação

2 – Corpo Docente	15%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	10%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a adequação da formação, qualificação e atuação do corpo docente para o desenvolvimento das atividades do programa - Examinar o prestígio e experiência do corpo docente aquilatada pelos dados contidos na proposta do programa quanto a prêmios, bolsas de produtividade do CNPq, posições de destaque na condução da política científica, educacional, de saúde, entre outras.
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a adequação da dimensão e dedicação do corpo docente para dar sustentação às atividades do curso, consideradas as áreas de concentração, linhas de pesquisa, estrutura curricular e o número de alunos matriculados. - Examinar a estabilidade do corpo docente durante o quadriênio no que tange a sua composição e enquadramento nas categorias de docentes permanentes, colaboradores e visitantes. - Examinar a renovação do corpo docente no quadriênio. - Avaliar se existe dependência de docentes colaboradores e visitantes para realização atividades de docência, pesquisa e orientação.
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a distribuição dos docentes permanentes no que tange às atividades de ensino, orientação e pesquisa - Avaliar se a participação dos docentes permanentes em outros PPG está de acordo com as normas vigentes e se esta participação compromete o pleno desenvolvimento das atividades do programa.
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação. Obs.: este item só vale quando o PPG estiver ligado a curso de graduação; se não o estiver, seu peso será redistribuído	15%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a participação dos docentes em atividades de ensino de graduação e em atividade de iniciação ou vocação científica

proporcionalmente entre os demais itens do quesito.		
2.5. Captação de recursos para pesquisa (Agências de Fomento, Financiamentos Nacionais e Internacionais, Convênios, etc)	15%	- Examinar a capacidade dos docentes na captação de recursos para a pesquisa.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a razão entre alunos titulados e docentes permanentes. - Examinar a razão entre alunos titulados e alunos matriculados. - Examinar a adequação das metas de titulação do programa, considerando o potencial de formação do mesmo.
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a média de orientações por docente permanente. - Examinar a proporção de docentes permanentes sem orientações no período. - Examinar o número de orientações em andamento dos docentes permanentes, considerando todos os programas em que atua.
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a proporção de discentes com produção bibliográfica ou apresentações em congressos. - Examinar a proporção de discentes e egressos com publicações em periódicos B2 ou superior. - Examinar a proporção da produção bibliográfica do programa com autoria discente (alunos matriculados e egressos). - Examinar a distribuição da produção bibliográfica entre discentes e egressos. - Examinar a vinculação da produção bibliográfica de discentes e egressos às Teses e Dissertações. - Examinar a produção bibliográfica de discentes e egressos com participação de docentes do programa.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	10%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar o tempo mediano de titulação de alunos bolsistas - Examinar o percentual de bolsistas titulados.

4 – Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	40%	<p>Para quantificar a produção do programa, cada produto será contabilizado apenas uma vez, ou seja, os produtos construídos em coautoria por mais de um docente do Programa não serão considerados mais de uma vez.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Examinar a produção bibliográfica (artigos em periódicos, capítulos e livros de natureza científica) per capita dos docentes permanentes do programa. - Examinar a produção bibliográfica (artigos em periódicos, capítulos e livros de natureza científica) per capita dos docentes permanentes do programa com participação de discentes. - Examinar a pertinência da produção bibliográfica em relação à área de concentração e linhas de pesquisa.
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	40%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a homogeneidade da distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa. - Examinar os níveis da produção científica qualificada na forma de artigos em periódicos, livros e capítulos de livros dos docentes permanentes do Programa. - Examinar a qualificação da produção científica do corpo docente permanente, considerando os estratos do Qualis da área de Saúde Coletiva.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	20%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a produção técnica do programa considerando as seguintes modalidades: <ul style="list-style-type: none"> a) Documentos elaborados para agências internacionais, instituições nacionais, estaduais e municipais relacionadas com a formulação, implementação e avaliação da política de saúde, desde que tenham sido publicadas em meio impresso ou eletrônico; b) Participação dos docentes em comissões e comitês técnicos relacionados com a política de saúde; c) Participação de docentes na editoria de periódicos científicos da área;

		<p>d) Elaboração de normas, protocolos e programas de saúde coletiva;</p> <p>e) Consultorias e assessorias no âmbito da política de saúde;</p> <p>f) Desenvolvimento de produtos de uso na gestão das políticas de saúde, nas ações de controle de doenças e agravos ou para a promoção da saúde;</p> <p>g) Produção de Material Didático para o ensino básico ou superior na área;</p> <p>h) Atividades de divulgação científica relacionadas com o tema do programa;</p> <p>i) Atividades de integração com a educação básica;</p>
4.4. Produção Artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	-	- Não avaliado na área.
5 – Inserção Social	15%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliar a inserção regional, nacional ou internacional do programa. - Avaliar a integração com cursos de graduação. - Examinar o desempenho do programa em termos de nucleação de egressos em instituições de ensino superior, na administração pública na área de saúde coletiva e ciência e tecnologia e na gestão de sistemas e serviços de saúde. - Examinar a produção de material didático para a graduação e bem como para o ensino fundamental e médio. - Examinar os impactos sociais do programa, em particular a relevância das atividades técnicas e científicas para a política de saúde.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	55%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a participação em programas institucionais de cooperação, das agências de fomento à pesquisa e da própria CAPES, tais como Minter, Dinter, Associação entre IES. - Examinar as estratégias planejadas e executadas para incrementar a mobilidade de docentes e discentes entre programas de diferentes IES ou Institutos de pesquisa. - Examinar a presença de discentes do

		<p>programa analisado com atividades em outros programas.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Examinar a presença docentes do programa analisado com atividades em outros programas. Examinar o número efetivo de discentes de outros programas com atividades no programa analisado - Examinar a participação de docentes do programa em redes de pesquisa interinstitucionais - Examinar a existência de parcerias entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a área - Examinar a existência de intercâmbio docente visando atividades de pesquisa (produção ou divulgação), docência ou orientação.
<p>5.3 - Visibilidade ou transparência dada pelo programa a sua atuação.</p>	<p>15%</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, a qual poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. - Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º da Portaria CAPES nº 13/2006).

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa		
1.1 Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa	40%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a coerência e consistência do programa considerando a adequação das definições e descrições de seus objetivos, área(s) de concentração, linhas de atuação, projetos de pesquisa e matriz curricular. - Avaliar a consonância dos objetivos do Programa, área(s) de concentração, linhas de atuação, projetos de pesquisa e estrutura curricular com os objetivos de formação na modalidade Mestrado Profissional. - Examinar a articulação entre objetivos, área(s) de concentração, linhas de atuação, projetos de pesquisa e estrutura curricular. - Examinar as ementas das disciplinas observando a adequação de conteúdos, referências bibliográficas e estratégias pedagógicas. - Considerada a matriz curricular, examinar a distribuição das disciplinas teóricas, metodológicas, instrumentais e temáticas
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente. - Examinar se existem mecanismos formais de interação entre o programa e as instâncias do Sistema Único de Saúde. - Avaliar a coerência entre objetivos do programa e atividades previstas e o público alvo.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	10%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de	20%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar o planejamento do programa em relação ao seu desenvolvimento futuro, considerando os desafios relacionados à produção e aplicação do conhecimento e à qualificação da

profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.		produção técnico-científica, as perspectivas de qualificação do corpo docente e de aperfeiçoamento da formação de seus alunos e as metas de inserção social e profissional de egressos.
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme normativa vigente da CAPES). - Examinar se o Corpo Docente tem titulação e/ou atuação em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I) nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a adequação da dimensão e dedicação do corpo docente para dar sustentação às atividades do curso, consideradas as áreas de concentração, linhas de atuação, estrutura curricular e o número de alunos matriculados. - Examinar a estabilidade do corpo docente nas turmas oferecidas durante o quadriênio no que tange a sua composição e enquadramento nas categorias de docentes permanentes, colaboradores e visitantes. - Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais. - Avaliar se existe dependência de docentes colaboradores e visitantes para realização atividades de docência, pesquisa e orientação. - Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido na normativa vigente da CAPES
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	20%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a distribuição dos docentes permanentes no que tange às atividades de ensino e orientação e participação em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação; - Avaliar se a participação dos docentes permanentes em outros PPG está de acordo com as normas vigentes e se esta participação

		compromete o pleno desenvolvimento das atividades do programa.
3 – Corpo Discente e Trabalho de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de alunos matriculados no período (conforme normativa vigente da CAPES). - Examinar a relação entre o número de trabalhos concluídos e o número de docentes do programa. (conforme normativa vigente da CAPES).
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	40%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a proporção de discentes e egressos com publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a distribuição da produção técnica, que não foi objeto de publicação, entre discentes e egressos. - Examinar a vinculação da produção de discentes e egressos aos trabalhos de conclusão. - Examinar a produção de discentes e egressos com participação de docentes do programa.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a aplicabilidade do trabalho de conclusão de Mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc. - Examinar os resumos dos trabalhos de conclusão no que concerne à explicitação do problema, às soluções elaboradas, à contribuição para melhor compreensão de problemas de saúde e ao seu potencial de aplicação.
4 – Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	30%	<p>Para quantificar a produção do programa, cada produto será contabilizado apenas uma vez, ou seja, os produtos construídos em coautoria por mais de um docente do Programa não serão considerados mais de uma vez.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Examinar a produção bibliográfica (artigos em periódicos, capítulos e livros de natureza científica) per capita dos docentes permanentes do programa. - Examinar a produção bibliográfica (artigos em periódicos, capítulos e livros de natureza

		científica) per capita dos docentes permanentes do programa com participação de discentes. - Examinar a pertinência da produção bibliográfica em relação à área de concentração e linhas de atuação.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	30%	- Examinar a produção técnica dos docentes permanentes do programa considerando: a) documentos elaborados para agências internacionais, instituições nacionais, estaduais e municipais relacionadas com a formulação, implementação e avaliação da política de saúde, desde que tenham sido publicadas em meio impresso ou eletrônico; b) Participação dos docentes em comissões e comitês técnicos relacionados com a política de saúde c) Participação de docentes na editoria de periódicos científicos da área d) Elaboração de normas, protocolos e programas de saúde coletiva. e) Consultorias e assessorias no âmbito da política de saúde. f) Desenvolvimento de produtos de uso na gestão das políticas de saúde, nas ações de controle de doenças e agravos ou para a promoção da saúde.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.	20%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	- Examinar a articulação entre a produção técnica e a publicação científica qualificada do programa. - Examinar a articulação da produção técnica e científica com os objetivos do programa
5 – Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa.	40%	- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.

		<p>- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto nos níveis local, regional ou nacional:</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública, e para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços na disseminação de técnicas e de conhecimentos que contribuam para maior efetividade da política de saúde.</p> <p>c) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>d) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p> <p>e) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional;</p> <p>- Examinar a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p>
<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar a atuação dos docentes em atividades de cooperação técnica, formação de recursos humanos, consultorias, pesquisa e outras junto às instituições setoriais no nível local, municipal,</p>

<p>de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>		<p>regional, estadual ou nacional, a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos;</p> <p>- Examinar a introdução de novos produtos ou serviços, no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.</p>
<p>5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.</p>	<p>20%</p>	<p>- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, a qual poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros.</p> <p>- Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (conforme normativa vigente da CAPES).</p>

MESTRADO PROFISSIONAL EM REDE*

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o/s Quesito/Itens
1 – Avaliação da Rede e suas Associadas	20	
1.1. Articulação entre as instituições associadas e a coordenação do programa.	20	Avaliar qualitativamente com base na proposta e nas respostas à questão 4 da pesquisa com os egressos e à questões 6 e 8 da pesquisa com os coordenadores.
1.2. Planejamento global da rede, sistemática de avaliação e autoavaliação.	20	Verificar a existência de planejamento e de autoavaliação como base nas informações da proposta do programa.
1.3. Infraestrutura para administração, ensino e demais atividades pertinentes.	20	Verificar as informações da proposta do programa e usar as respostas às questões 1 e 2 da pesquisa com egressos e às questões 1 e 2 da pesquisa com coordenadores.
1.4. Critérios e efetividade das normas de credenciamento e descredenciamento.	20	Verificar as informações da proposta do programa sobre o processo de avaliação de cada associada (nova ou antiga) e o atendimento aos critérios de credenciamento e reconhecimentos.
1.5. Implantação e atualização da proposta do programa.	20	Avaliar qualitativamente com base nas informações da proposta do programa e nas respostas à questão 9 da pesquisa com coordenadores.
2 – Discentes e Egressos	40	
2.1. Processos de seleção e de avaliação de discentes.	15	Avaliar qualitativamente a excelência e rigor dos critérios nacionais de seleção e de avaliação de discentes.
2.2. Fluxo discente: quantidade de ingressantes, evasão e prazo de conclusão (por associada e no total rede).	25	Avaliar a partir dos indicadores fornecidos pela Capes.
2.3. Qualidade dos trabalhos finais: adequação dos trabalhos à proposta do curso e sua divulgação.	60	Avaliar qualitativamente a partir de amostra de trabalhos (proporcional ao número de egressos no período de avaliação) tendo em vista os parâmetros de qualidade definidos pela área. Verificar se os trabalhos finais estão disponíveis no <i>site</i> do programa.
3 – Corpo Docente	20	
3.1. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes	20	Verificar a adequação do número mínimo de docentes, seu regime de trabalho, os vínculos

permanentes para o desenvolvimento das atividades de formação considerando-se o programa e as instituições associadas.		dos docentes com outros PPG, a proporção de colaboradores em relação ao total de docentes e a carga horária dedicada ao programa. Considerar as respostas à questão 3 da pesquisa com os egressos e às questões 3, 4 e 5 da pesquisa com os coordenadores.
3.2. Compatibilidade do corpo docente com a proposta, considerando-se suas atividades de ensino, pesquisa, orientação.	50	Verificar a formação e atuação dos docentes para avaliar se sua experiência atende à proposta curricular; avaliar a distribuição das atividades de ensino e orientação.
3.3. Produção intelectual.	30	Avaliar o conjunto da produção por associada está alinhado à proposta do programa.
4 – Inserção Social	20	
4.1. Importância do curso na atuação profissional dos egressos.	60	Utilizar as respostas às questões 5 e 6 da pesquisa com os egressos e as respostas às questões 7, 10 e 11 da pesquisa com os coordenadores.
4.2. Políticas de divulgação e transparência das atividades e da atuação do programa.	40	Avaliar qualitativamente as informações existentes no <i>site</i> do programa.

* Os questionários referentes à pesquisa com egressos e coordenadores de PROF estão disponíveis ao final deste documento, nos Anexos I e II respectivamente. A área poderá utilizar os questionários do Mestrado Profissional em Rede Nacional (PROF) para avaliar os programas em associação que contam com 6 ou mais instituições.

IV. CONSIDERAÇÕES E DEFINIÇÕES SOBRE INTERNACIONALIZAÇÃO/INSERÇÃO INTERNACIONAL

a. Descrição do grau de internacionalização da área

A área de Saúde Coletiva congrega uma comunidade científica relativamente pequena em todo o mundo respondendo por cerca de 3% da produção científica registrada no portal SJR. A produção em Saúde Coletiva corresponde a cerca de 10% da produção em Saúde que, por sua vez, responde por 31% de toda a produção científica no mundo registrada no portal SJR.

Para acessar a produção em Saúde Coletiva registrada no portal SJR é necessário combinar informações de quatro diferentes componentes (*subject categories*): *Epidemiology*; *Health Policy*; *Public Health, Environmental and Occupational Health* e *Health (Social Sciences)*. Entretanto, não é possível identificar a parte da produção da área que é divulgada em periódicos da área de medicina, enfermagem, odontologia e outras áreas da saúde ou das ciências biológicas, que correspondem a cerca de 45% da produção dos programas da área. Por outro lado, é notório que não são apenas os programas da área de Saúde Coletiva que realizam pesquisas nestes temas no Brasil. No entanto, é indiscutível que a pesquisa nestes temas no país está fortemente vinculada à pós-graduação na área de Saúde Coletiva. Desta forma, considera-se que uma análise da produção científica brasileira em Saúde Coletiva a partir do portal SJR pode fornecer um bom panorama da inserção internacional da pesquisa na pós-graduação em Saúde Coletiva no Brasil.

A Tabela 1 apresenta a evolução da posição e do percentual da produção brasileira em relação à produção mundial nas categorias da área da Saúde Coletiva que constam no portal SJR comparando-se os triênios 2003-2005 e 2013-2015. Nota-se que, em dez anos, a produção brasileira nas quatro categorias apresentou evidente incremento, galgando posições no ranqueamento e aumentando sua participação em relação ao total da produção mundial. A produção brasileira em Política de Saúde (*Health Policy*), por exemplo, passou da 26ª para a 7ª posição na produção de artigos científicos no mundo, representando 3,2% dessa produção no triênio 2013-2015. A participação da produção nacional em Saúde Pública, Saúde Ambiental e Saúde Ocupacional (*Public Health, Environmental and Occupational Health*) e em Epidemiologia (*Epidemiology*) em relação à produção mundial dobrou no período, enquanto a na área de Ciências Sociais em Saúde aumentou sete vezes.

Tabela 1 – Posição e percentual da produção brasileira em relação à produção mundial nas categorias da Saúde Coletiva no portal SJR, triênios 2003-2005 e 2013-2015.

SJR subject category	Posição 2003-2005	Posição 2013-2015	% médio 2003-2005	% médio 2013-2015
Health Policy	26 ^a	7 ^a	0,2	3,2
Epidemiology	19 ^a	13 ^a	0,9	1,8
Health (Social Sciences)	22 ^a	6 ^a	0,5	3,4
Public Health, Environmental and Occupational Health	14 ^a	7 ^a	1,4	3,3

A ferramenta Scival® é um conjunto de módulos que permite uma série de análises da produção científica indexada na base do Scopus®, que hoje é a mais abrangente base de dados de literatura científica internacional. Nesse sentido, realizou-se uma pesquisa sobre indicadores de impacto da produção na área de Saúde Coletiva no Scival® utilizando as categorias de assunto *Epidemiology; Health Policy; Public Health, Environmental and Occupational Health e Health (Social Sciences)*. Estas análises mostraram que 6,4% dos artigos brasileiros em Saúde Coletiva estão entre 10% dos artigos mais citados no mundo. Também, 6,8% dos artigos brasileiros em Saúde Coletiva estão publicados em periódicos localizados no primeiro decil do SNIP (*source normalized impact factor*).

A colaboração internacional em pesquisa é um dos indicadores fundamentais do processo de internacionalização da pós-graduação, permitindo a integração de recursos e competências em torno de objetivos inovadores. Ademais, as publicações resultantes da colaboração internacional são frequentemente mais citadas alavancando o impacto da pesquisa. Com base no Scival® identificou-se a existência de colaboração brasileira na área de Saúde Coletiva com pesquisadores de 138 países e 1603 publicações únicas em coautoria internacional no período entre 2013 e 2015. Interessante notar que este conjunto de publicações teve em média 4,8 citações por artigo, enquanto que o número de citações por artigo foi de 2,3 quando se consideram todas as publicações em Saúde Coletiva neste período. Este aspecto reforça a maior visibilidade da pesquisa em colaboração internacional.

A inserção internacional da área se expressa também por meio da atuação dos pesquisadores brasileiros em diversas instâncias acadêmicas internacionais. Entre 2011 e 2014 um pesquisador brasileiro exerceu a presidência da Associação Internacional de Epidemiologia. Hoje, uma pesquisadora brasileira é conselheira regional para a América Latina e Caribe nesta mesma associação. Em período recente um pesquisador brasileiro foi o presidente da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública e, hoje, um outro é membro do conselho de governança desta federação. Diversos pesquisadores da área participam de comitês de *experts* da Organização Mundial da Saúde e da Organização Pan-Americana de Saúde e de corpos editoriais dos mais influentes periódicos científicos da área.

- b. No contexto da internacionalização, considerações a respeito dos critérios da área para atribuição de notas 6 e 7.

Dada as limitações da política científica no país, em termos de infra-estrutura e continuidade e volume de financiamento, com reflexos em nossas IES, não é realista esperar que nossos cursos possam competir em igualdade de condições com aqueles ofertados por IES norte-americanas ou europeias de maior prestígio. O que a área procura avaliar é a qualidade dos cursos oferecidos agregada à abertura possibilitada pelos mesmos ao intercâmbio internacional, particularmente em termos de mobilidade de seus alunos e docentes, e a circulação internacional do conhecimento neles produzido. Outro aspecto importante no processo de internacionalização é a demanda por bolsas sanduiche no doutorado e estágios de pós-doutoramento em instituições de prestígio no exterior.

Os programas devem demonstrar seu grau de internacionalização através do atendimento a uma combinação dos seguintes indicadores:

- Participação em projetos de pesquisa envolvendo programa de pós-graduação e grupos de pesquisa de instituições estrangeiras, através de redes de pesquisa ou convênios de cooperação internacional.
- Intercâmbio de alunos e professores que envolva financiamento recíproco.
- Financiamento internacional para o programa.
- Predominância de publicações em periódicos de circulação internacional e com alto impacto na produção intelectual do programa (estratos A1 e A2).
- Co-autoria de publicações em periódicos de circulação internacional e com alto impacto na produção intelectual do programa (estratos A1 e A2).
- Participação em comitês editoriais e em editoria de periódicos de circulação internacional publicados em países estrangeiros.
- Captação de recursos de agências de fomento científico de âmbito internacional ou financiamento estrangeiro para a pesquisa.
- Oferta de cursos em outros países (Minter e Dinter internacionais, acordos de cooperação internacional).
- Atração de alunos de origem estrangeira inclusive para o pós-doutorado.
- Participação de docentes na organização de eventos científicos de caráter internacional e em atividades de destaque tais como conferências ou mesas-redondas.
- Participação em diretorias de associações científicas internacionais.
- Prêmios internacionais.
- Dupla titulação com PPGs de referência no exterior.

Atualmente, os programas da área com conceito 6 ou 7, atendem a vários dos itens listados anteriormente contando com docentes com reconhecimento internacional, atração de alunos estrangeiros, participação em redes de pesquisa internacionais,

presidindo associações científicas internacionais, fazendo parte da editoria de revistas estrangeiras de prestígio internacional e um deles conta com financiamento internacional para atividades do programa.

Para atribuição dos conceitos 6 ou 7, será dada ênfase, também, a divulgação em língua estrangeira (inglês, no mínimo), em página na internet, dos objetivos do Programa, área(s) de concentração, linhas e projetos de pesquisa, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica e científica dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros.

Para a atribuição dos conceitos 6 ou 7, além do critério de internacionalização, também são considerados indicadores de liderança do programa na área, solidariedade e nucleação.

Liderança: os programas devem demonstrar sua liderança na área por meio da atração de alunos de diferentes regiões do país e de outros países; proporção de docentes participando de comitês de área no CNPq, DECIT, FINEP, CAPES, etc, ou de agências de fomento internacionais; premiações, nacionais ou internacionais, recebidas pelos docentes que tenham relação com as atividades de pesquisa e orientação; proporção de docentes participando de diretorias de associações científicas nacionais e internacionais; participação de docentes em cargos relevantes para a política nacional de saúde, educação ou ciência e tecnologia.

Solidariedade: os PPGs devem demonstrar sua cooperação com programas com nota 3 e 4 (recém criados) ou com grupos que ainda não tem curso de pós-graduação stricto sensu. A solidariedade pode ser verificada por meio de uma série de indicadores, tais como: acordos de cooperação ou associação com IES para promover a criação e/ou consolidação de cursos de pós-graduação; assessorias para a formulação de propostas de cursos novos; participação em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados; participação em disciplinas, seminários e oficinas em cursos com nota 3 ou 4; parceria de docência, pesquisa e orientação em países com menor grau de desenvolvimento na pós-graduação e desenvolvimento de cursos em associação ampla com diferentes IES.

Nucleação: verificar se o programa tem contribuição relevante na nucleação de grupos de pesquisa ou de pós-graduação no Brasil, ou seja, se formou doutores que desempenham papel significativo em outros cursos de pós-graduação ou em grupos de pesquisa ativos na região e em âmbito nacional. Considera-se também como ação nucleadora a inserção de egressos em cargos de gestão no âmbito do Sistema Único de Saúde, Sistema Nacional de Pós-Graduação e agências de fomento à pesquisa.

As **notas 6 e 7 serão** reservadas **exclusivamente** para os programas com doutorado que obtiveram **nota final 5 e conceitos “Muito Bom”** em **todos os quesitos da ficha de avaliação** e que atendam, **necessariamente**, às seguintes condições:

- i) Desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área;
 - ii) Nível de desempenho diferenciado em relação aos demais programas da área;
 - iii) Solidariedade;
 - iv) Nucleação
- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de **todos os quesitos da ficha** de avaliação, **mesmo com eventual** conceito “Bom” em alguns itens;
 - **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em **todos os itens de todos os quesitos** da ficha de avaliação;

Além disso, somente podem obter as notas 6 ou 7 os Programas que atendam, também, às demais condições previstas nos respectivos documentos de área, na forma que foram aprovados no CTC-ES.

ANEXOS

ANEXO I - Pesquisa com egressos MP em rede

Parabéns por ter concluído o Mestrado. Gostaríamos de ter sua colaboração para aprimorarmos o curso que realizou e, para isso, solicitamos que responda as questões abaixo. Demora 2 minutos. Não existe resposta certa para as questões. Após responder todas as questões, por favor, clique em submeter.

Obrigado pela colaboração e sucesso na carreira!

1) Avalie a infraestrutura dedicada à gestão do curso - secretaria, coordenação, etc

- Totalmente inadequada
- Com algumas inadequações
- Adequada
- Muito Boa
- Excelente

2) Avalie a infraestrutura para ensino usadas no curso - salas de aula, biblioteca, serviços de videoconferência, laboratórios, etc

- Totalmente inadequada
- Com algumas inadequações
- Adequada
- Muito Boa
- Excelente

3) Avalie o corpo docente do curso

- Totalmente inadequado
- Com algumas inadequações
- Adequado
- Muito Bom
- Excelente

4) Frequência de contato presencial ou por meio eletrônico com docentes e discentes de outras instituições da rede ao longo do curso

- Muito reduzida
- Reduzida
- Regular
- Frequentemente
- Muito frequentemente

5) Avalie quanto sua postura como professor/profissional mudou em razão da conclusão do curso

- Estou muito pior
- Estou pior
- Estou igual
- Estou melhor
- Estou muito melhor

6) Avalie a importância do curso para o seu avanço na carreira de professor/profissional

- Muito pouco importante
- Pouco importante
- Indiferente
- Muito Importante

7) Recomendaria o curso?

- Certamente não
- Não
- Talvez
- Sim
- Certamente Sim

8) Qual curso concluiu?

9) Use o espaço abaixo para incluir comentários sobre qualquer aspecto relacionado ao curso que concluiu:

ANEXO II - Mestrado Profissional em Rede: Pesquisa com coordenadores de associadas

Esta pesquisa tem como objetivo obter subsídios para o processo de avaliação do programa que participa. É importante que suas respostas expressem a realidade a fim de que possamos consolidar a presente sistemática de autoavaliação. Se desejar, consulte seus colegas do curso de sua instituição. É necessário que responda todas as questões. Agradecemos sua colaboração.

*Obrigatório

1. Avalie a infraestrutura física (salas de aula, secretaria, biblioteca, salas multiuso, instalações sanitárias, etc.) do curso na sua IES *

- () Totalmente inadequada
- () Com algumas inadequações
- () Adequada
- () Muito boa
- () Excelente

2. Avalie os recursos disponíveis na sua IES para interação (pessoal ou eletrônica) com outras IES associadas. *

- () Totalmente inadequados
- () Com algumas inadequações
- () Adequados
- () Muito bons
- () Excelentes

3. Avalie o tamanho do corpo docente do curso na sua IES para a manutenção e a qualidade das atividades do curso. *

- () Muito reduzido

Reduzido

Sem folga

Adequado

Muito adequado

4. Avalie a dedicação do corpo docente do curso na sua IES para a manutenção e a qualidade das atividades do curso. *

Totalmente insuficiente

Insuficiente

Adequada

Muito boa

Excelente

5. Avalie o perfil (formação e experiência) do corpo docente do curso na sua IES para a manutenção e a qualidade das atividades do curso. *

Totalmente inadequado

Inadequado

Com limitações

Muito bom

Excelente

6. Avalie a importância da colaboração entre as IES da rede para o bom andamento do curso *

Muito pouco importante

Pouco importante

Indiferente

Importante

Muito importante

7. Avalie a qualidade da formação discente do curso *

- Muito fraca
- Fraca
- Adequada
- Muito boa
- Excelente

8. Avalie a qualidade da articulação entre as IES associadas e a coordenação geral da rede *

- Muito inadequada
- Com limitações
- Adequada
- Muito boa
- Excelente

9. Avalie o grau de dificuldade de gestão do curso na sua instituição. *

- Muito difícil
- Difícil
- Nem difícil, nem fácil
- Fácil
- Muito fácil

10. Avalie a importância profissional do curso para os egressos. *

- Muito pouco importante
- Pouco importante
- Indiferente
- Importante

Muito importante

11. Avalie a contribuição do curso para a atuação profissional do discente *

Muito reduzida

Fraca

Regular

Boa

Muito boa

12. Recomendaria o curso? *

Certamente não

Não

Talvez

Sim

Certamente sim

13. Indique qual o programa que participa como coordenador *

14. Use o espaço abaixo para incluir comentários sobre qualquer aspecto relacionado ao curso